

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Do Sr. Alex Manente)

Dispõe sobre a garantia de manutenção de ex-cônjuge no plano de saúde em caso de previsão nos termos do divórcio, e dá outras providências.

Apresentação: 13/03/2025 10:13:01.277 - Mesa

PL n.975/2025

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei garante a manutenção do ex-cônjuge como dependente no contrato de plano de saúde, nos casos em que tal previsão conste dos termos do divórcio e desde que, anteriormente ao divórcio, já figurasse como dependente no referido plano.

Art. 2º Fica garantida a manutenção do ex-cônjuge como dependente no contrato de plano de saúde, nos casos em que tal previsão conste dos termos do divórcio e desde que, anteriormente ao divórcio, já figurasse como dependente no referido plano.

Art. 3º O ex-cônjuge que não permanecer na qualidade de dependente no contrato de plano de saúde, a título de alimentos, deve ter assegurada a manutenção do vínculo contratual, mediante contratação autônoma, preservando-se as mesmas condições de cobertura e pagamentos e sem reabertura de prazo de carência.

Art. 4º Os planos privados de assistência à saúde ficam obrigados a cumprir o disposto nesta Lei, sob pena de aplicação das sanções cabíveis pelos órgãos reguladores competentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa tem por objetivo garantir a continuidade do acesso aos serviços de saúde ao ex-cônjuge que já figurava como dependente no plano de saúde antes do divórcio, nos casos em que haja previsão expressa nos termos da dissolução do matrimônio ou união estável.

A jurisprudência brasileira tem consolidado o entendimento de que a assistência à saúde pode ser reconhecida como forma de prestação alimentar, conforme disposto no artigo 1.694 do Código Civil. A jurisprudência pátria tem se manifestado reiteradamente também no sentido de garantir a manutenção do ex-cônjuge no plano de saúde, quando há previsão nos termos do divórcio.

Tribunais como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm firmado entendimento de que a exclusão do ex-cônjuge sem previsão contratual ou sem possibilidade de manutenção nas mesmas condições caracteriza abusividade por parte da operadora do plano de saúde. Mesmo quando um ex-casal prevê a manutenção da ex-parceira no plano de saúde em acordo do divórcio, vê-se muita resistência de empresas e órgãos públicos empregadores. Contudo, a questão foi enfrentada pelo STJ de forma muito justa, inclusive reconhecendo a natureza alimentar da prestação à saúde.

Vale destacar que essa garantia é válida para qualquer tipo de plano de saúde (no caso da ação julgada, tratava-se de plano fechado para servidor).

Ademais, a Resolução Normativa nº 279/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) já prevê a possibilidade de manutenção do ex-cônjuge no plano de saúde, desde que respeitados os critérios do contrato original.

Uma das maiores despesas fixas que todos temos é com relação à mensalidade do plano de saúde, sendo, por vezes, complicada a manutenção deste, em caso de divórcio, seja por conta da mudança financeira dos ex-cônjuges, seja por falta de vínculo empregatício que permita a contratação de um plano coletivo.

Nesse sentido, destaca-se o julgamento do Recurso Especial nº 1.454.504/RJ, em que o STJ entendeu que “a manutenção do ex-cônjuge no



plano de saúde do titular, caso prevista no acordo de separação ou divórcio, é direito que não pode ser negado pela operadora”. Ademais, a Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, reforça a necessidade de garantia de continuidade da prestação de serviços, coibindo rescisões unilaterais injustificadas.

Dessa forma, a proposição legislativa em tela visa reforçar a segurança jurídica, garantir a continuidade da assistência médica ao ex-cônjuge e evitar que tais indivíduos sejam colocados em situação de vulnerabilidade diante de decisões unilaterais das operadoras de planos de saúde.

Aliás, inexistente razão que impeça a manutenção do ex-cônjuge no contrato do plano de saúde, notadamente pelo fato de que não haverá qualquer prejuízo à operadora do plano, pois esta permanecerá prestando serviços médico-hospitalares para ambos os ex-consortes, recebendo valor correspondente à integralidade da mensalidade que antes recebia – agora, fracionada entre os beneficiários.

Ademais, há um grave problema social envolvendo mulheres em situação de violência doméstica que, por dependência financeira e assistencial, permanecem com seus agressores para não perderem o acesso ao plano de saúde do qual são dependentes. Esse cenário perpetua o ciclo de violência e impede que essas mulheres busquem proteção e autonomia.

Com base nisso, a legislação deve garantir que mulheres vítimas de violência doméstica tenham direito de permanecer no plano de saúde do qual eram dependentes, sem a necessidade de intermediação do agressor, podendo inclusive realizar a contratação autônoma, sem carência e nas mesmas condições de cobertura e pagamento.

Dessa forma, a proposta busca garantir segurança jurídica aos beneficiários e impedir a descontinuidade no atendimento médico-hospitalar em um momento de especial fragilidade, reforçando a proteção à saúde prevista no artigo 196 da Constituição Federal.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, essencial para garantir dignidade e acesso adequado aos



serviços de saúde ao ex-cônjuge que já figurava como dependente antes do divórcio, bem como para proteger mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência doméstica.

Sala das Sessões, em de março de 2025.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP

